

FHC mobiliza governo para barrar CPI

José Paulo Lacerda/AE

Presidente convoca ministros e determina que sejam atendidos os pleitos dos parlamentares dissidentes da base aliada

CHRISTIANE SAMARCO
e DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu ontem, pessoalmente, o comando da operação para desmontar a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ampla destinada a apurar corrupção no País. Sento à cabeceira da mesa de reunião do Palácio da Alvorada, o presidente fez uma cobrança dura aos 12 ministros políticos convocados a participar da operação. “O governo precisa entender que estamos diante de uma guerra política em que a oposição tenta criar um palanque para definir 2002, com uma CPI que põe em risco todas as nossas conquistas e o nosso projeto”, disse Fernando Henrique. “Quero uma ação política porque esta batalha é política.”

Mais do que convocar os ministros políticos e os líderes governistas e dos partidos aliados para compor a força-tarefa do Palácio do Planalto, Fernando Henrique deixou claro que considera a CPI “um divisor de águas”, salientando que quem manteve a assinatura no requerimento da oposição de abertura de inquérito será tratado como adversário do governo. “O presidente determinou aos ministros que expliquem à sociedade o porquê de o governo ser contra a CPI da Corrupção”, resumiu ontem à noite o porta-voz da Presidência, Georges Lamazière.

Não só. Na operação para a retirada das assinaturas do pedido, os ministros foram orientados a usar “os argumentos e instrumentos políticos disponíveis”, o que inclui o levantamento de cada “pendência” dos dissidentes em cada ministério.

Lista – Todos os ministros deixaram o Alvorada com a lista dos dissidentes da base governista que assinaram a CPI e com a incumbência de apressar o atendimento dos pleitos que estão dormindo nas gavetas dos ministérios, de convênios com as prefeituras que compõem a base eleitoral dos desertores à liberação de emendas orçamentá-

rias já aprovadas, algumas delas ainda em 1999. Isto explica a presença do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, na reunião do Alvorada. “Tudo o que for legítimo e não for eticamente ou legalmente vedado, nós faremos”, resumiu um dos ministros que participaram do encontro.

O próprio presidente Fernando Henrique teria confidenciado a um interlocutor do PSDB que estava disposto a recorrer a todos os métodos disponíveis para evitar a abertura da CPI, até mesmo a velha e eficiente barganha política. “Nada será pior e mais prejudicial ao governo do que uma CPI, que é o maior de todos os desgastes”, afirmou ele ao interlocutor.

O deputado Alberto Goldman (SP), vice-presidente do PSDB, não só concorda como acrescentou que o governo vai acabar fazendo agora a “lição de casa” que já deveria estar pronta. “Receber parlamentares que às vezes esperam dois meses por uma audiência, ajudar aliados a atender aos pleitos legítimos de suas bases e liberar emendas atrasadas é cumprir, com atraso, uma obrigação”, defendeu Goldman.

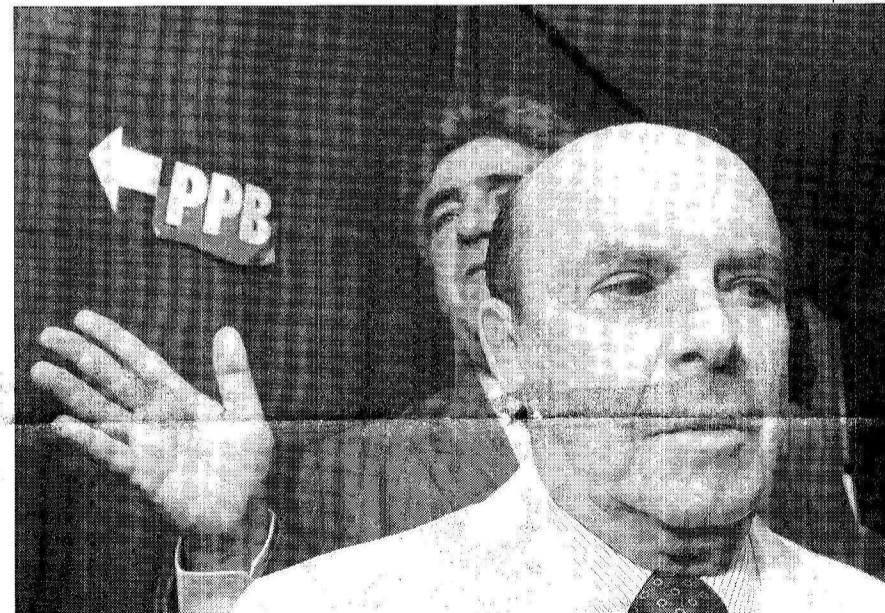
Na avaliação de um dos ministros presentes ao encontro no Alvorada, quem entra atrasado em uma operação que é “de vida ou morte” para o governo não pode dispensar “instrumento algum” no trabalho de convencimento dos parlamentares.

Coordenação – Vários ministros e líderes apontaram não só o atraso como a falta de coordenação política do governo, que avaliou mal a capacidade de articulação dos partidos de oposição. Por isso, a ordem agora é preparar logo o próximo passo, o da contestação da constitucionali-



Fernando Henrique no Palácio da Alvorada: “Estamos diante de uma guerra política e quero uma ação política”

Dida Sampaio/AE



Dornelles, com Odelmo ao fundo: ‘Esta CPI visa a paralisar as ações do governo’

lidade do requerimento de abertura de CPI na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O governo tratou logo de mapear, também, os aliados da CCJ e seus pleitos pendentes na Esplanada dos Ministérios.

Para tirar o atraso, os ministros já deixaram o encontro no Alvorada discursando, para explicar aos eleitores e à sociedade em geral as razões do governo, que rejeita a CPI “eleitoral e oportunista”. “O

governo já está investigando corrupção”, disse o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho (PFL-MA). “Só no caso da Sudam (a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, extinta na semana passada), 30 pessoas já estão na cadeia por conta de irregularidades apuradas pelo próprio governo”, destacou Eliseu Padilha (PMDB), dos Transportes, repetindo o que Fernando Henrique havia salientado na reunião.

O trabalho de conscientização da sociedade foi considerado importantíssimo por razões pragmáticas. “Se convencermos os eleitores e os financiadores das campanhas, os deputados retiram suas assinaturas”, analisou um dos ministros presentes.

O deputado Francisco Dornelles (PPB-RJ), que se exonerou do Ministério do Trabalho para se concentrar na operação desmonte pelo tempo que for necessário, começou logo cedo, evitando a adesão de quatro pepebistas gaúchos que haviam prometido apoio à oposi-

ção e negociando a retirada de um quinto nome – o de Augusto Nardes (PPB-RS), que já constava do requerimento.

Argumentos – Dornelles não poupará críticas à iniciativa da oposição. “Esta CPI é um movimento político que visa a paralisar as ações do governo, reter a reforma do Estado, rever as privatizações e criar dificuldades para o crescimento e a geração de emprego, além de criar um fato polí-

tico eleitoral antes da hora”, reclamou o deputado.

Golpe – Àquela altura, o ministro da Previdência, Roberto Brant (PFL-MG), já havia visitado o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), dono de cinco votos de pelejistas pró-CPI na Câmara. “A lógica de todo partido é chegar ao poder e cada assinatura é um golpe no nosso projeto”, defendeu Brant, segundo quem ACM não se comprometeu, mas tampouco fechou as portas para um entendimento.

Embora ninguém admita falar em um “acordão” para salvar ACM no Senado e o governo no Congresso, um carlista ilustre admite que há uma “recomposição” em curso. “A conclusão geral é de que os erros e os atrasos do governo, somados à briga na base por conta da guerra entre ACM e Jader (Barbalho, presidente do Senado, do PMDB paraense), deram no desastre de termos a minoria oposicionista no controle do Congresso”, diz o carlista.

JÁ HÁ QUEM
FALE EM
ACERTO
COM ACM

lar em um “acordão” para salvar ACM no Senado e o governo no Congresso, um carlista ilustre admite que há uma “recomposição” em curso. “A conclusão geral é de que os erros e os atrasos do governo, somados à briga na base por conta da guerra entre ACM e Jader (Barbalho, presidente do Senado, do PMDB paraense), deram no desastre de termos a minoria oposicionista no controle do Congresso”, diz o carlista.